

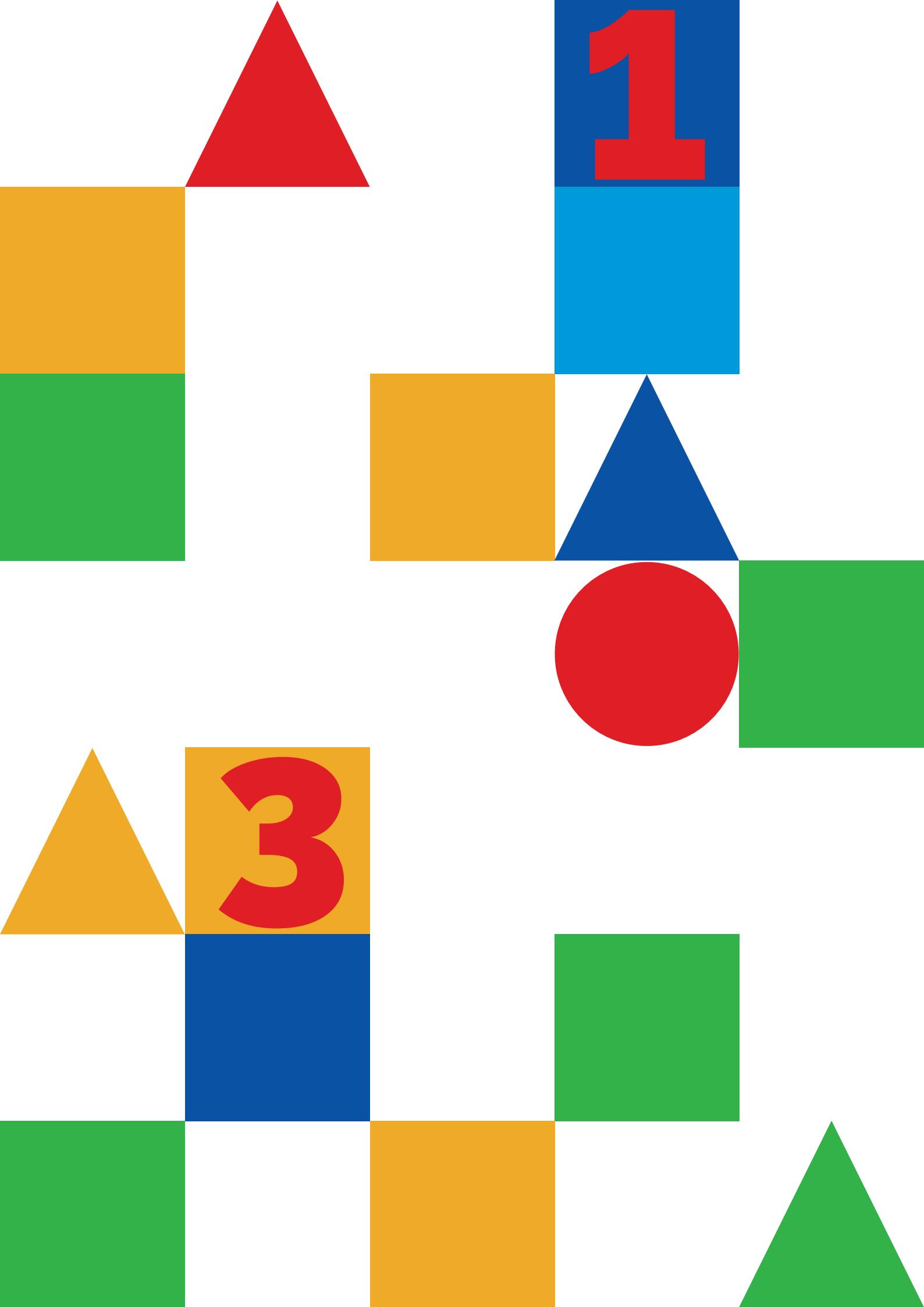


Guia de Governança



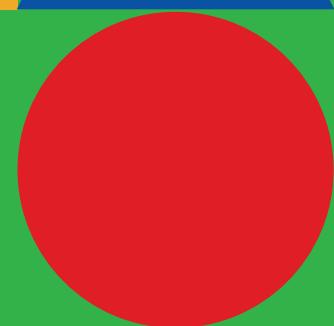
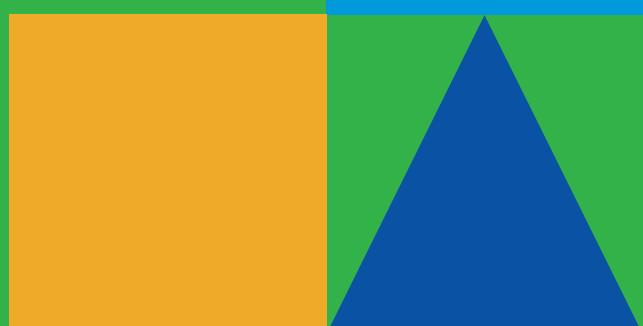


Guia de Governança

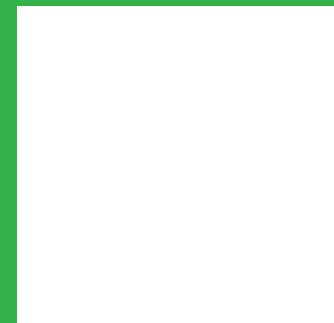


1. Apresentação	5
2. Por que a Matemática Importa?	6
3. A Aprendizagem Matemática no Brasil: Desafios e Oportunidades	8
3.1 Desempenho educacional e trajetória escolar	9
3.2 Desigualdades e equidade na aprendizagem matemática	14
3.3 Recomposição das aprendizagens e avaliação formativa	17
3.4 Caminhos que transformam: a profissão docente em Matemática	21
3.5 Pertencimento matemático: caminhos para a gestão	24
3.6 Somar esforços, multiplicar resultados	27
4. O Compromisso Nacional Toda Matemática	28
5. Estrutura da Governança Política	30
5.1 Estratégias de governança da política	30
5.2 Órgãos e instâncias da Governança	31
5.3 Processos e mecanismos	34
6. Monitoramento e Avaliação	36
6.1 Etapas de avaliação de aprendizagem	37
7. Orientações Práticas para a Implementação da Política	39
Referências	41
Ficha Técnica	43

1



3





Guia da Governança Compromisso Nacional Toda Matemática

1. Apresentação

Prezado(a) secretário(a) de Educação e equipes,

Este guia se destina a você, que é dirigente municipal, distrital ou estadual de educação, e apresentará com detalhes o eixo de Governança do Compromisso Nacional Toda Matemática.

O Compromisso Nacional Toda Matemática é uma política pública estratégica, coordenada pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) e estruturada por meio do decreto presidencial nº 12.641/2025. Sua construção combina: a análise de dados educacionais; a constatação de que a Matemática necessita de políticas estruturadas e contínuas; e a **Escuta Nacional de Professores que Ensinam Matemática**, que reúne vozes, experiências e ideias de docentes de todo o país para fortalecer o ensino e a aprendizagem do componente. Com base em evidências e no diálogo com quem vive o cotidiano escolar, o Compromisso visa garantir o direito à aprendizagem matemática para todos os estudantes da Educação Básica do país.

Este guia tem como função principal fornecer orientações objetivas e práticas sobre como estruturar a governança local da política, garantindo sua articulação com os demais instrumentos e ações já existentes. A proposta é contribuir para a constituição de instâncias de coordenação, acompanhamento e tomada de decisão, reforçando a articulação federativa e o planejamento estratégico local.

Por isso, contamos com vocês, Secretário(a) de Educação e suas equipes técnicas, para liderar a garantia do direito à aprendizagem matemática para crianças e jovens. E que possamos construir a política Toda Matemática, para todas as pessoas!

Boa leitura!

Este guia se soma aos demais materiais estruturantes da política, compondo um conjunto de ferramentas de apoio às redes, pautado na perspectiva da equidade e da qualidade. Entre esses materiais, destacam-se:

- **Guia de Orientação Curricular e Avaliação:** propõe uma visão de currículo que integra o ensino e a aprendizagem à avaliação e à formação de professores, oferecendo subsídios para o aprimoramento das práticas pedagógicas em todas as etapas da Educação Básica. Esse guia discute concepções de Matemática e de estudante à luz da equidade, destaca os processos matemáticos de resolução de problemas, investigação, modelagem e desenvolvimento de projetos como eixos estruturantes do currículo e propõe estratégias metodológicas e avaliativas que promovem a aprendizagem ativa e o acompanhamento contínuo dos estudantes. O documento também aborda a priorização curricular como caminho para orientar o planejamento e garantir o direito à aprendizagem de todos.
- **Guia de Formação Continuada:** propõe um referencial para o fortalecimento das políticas de valorização e profissionalização docente, articulando fundamentos teóricos, princípios orientadores e práticas formativas. O documento aborda a formação como direito e condição para o desenvolvimento profissional, apresenta diretrizes para sua implementação articulada ao currículo e às evidências de aprendizagem, bem como descreve elementos essenciais para a condução de práticas formativas significativas e equitativas. Sustentado em princípios como coerência sistêmica, continuidade, homologia de processos e equidade, esse guia enfatiza o papel ativo dos formadores e a importância da aprendizagem colaborativa, crítica e reflexiva como caminho para o aprimoramento do ensino e da aprendizagem da Matemática. Além disso, indica elementos fundamentais para a construção de pautas formativas para as diferentes etapas de ensino.

2. Por que a Matemática Importa?

A matemática desempenha papel essencial no desenvolvimento humano. Ao fortalecer o pensamento lógico, a capacidade analítica e a resolução de problemas complexos, ela atua como uma linguagem que amplia a compreensão do mundo e favorece a tomada de decisões conscientes.



Aprender matemática é um direito de todos; sendo assim, é um componente indispensável para o desenvolvimento integral, influenciando não apenas as trajetórias escolares, mas também as oportunidades sociais e profissionais ao longo da vida.

Presente em diversas dimensões da vida, o conhecimento matemático ocupa um lugar central na formação dos indivíduos e na construção de uma sociedade mais justa, crítica e preparada para os desafios do presente e do futuro. Aprender matemática é abrir caminhos para compreender o mundo, criar oportunidades e exercer plenamente a cidadania.

Para que isso aconteça, é necessário que a aprendizagem matemática ocorra desde cedo em ambientes acolhedores, com práticas pedagógicas que promovam o pertencimento e a confiança dos educandos. Pesquisas indicam que o desempenho melhora significativamente quando os estudantes se sentem encorajados a errar, experimentar e construir soluções de forma colaborativa. O sentimento de que a matemática “é para mim” precisa ser cultivado desde a infância — e isso depende de professores valorizados, bem-formados e apoiados pelas redes de educação.

As condições para uma aprendizagem significativa se fortalecem quando crenças, relações de confiança e práticas pedagógicas são cultivadas de maneira colaborativa, em corresponsabilidade. Entretanto, esse ideal ainda convive com profundas desigualdades na garantia à aprendizagem matemática no Brasil, afetando especialmente estudantes negros e aqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, de localidades com menor infraestrutura educacional ou de escolas com menos recursos e apoio docente. Com frequência, a matemática é percebida como distante, difícil ou desconectada da vida cotidiana, percepção que evidencia um desafio estrutural no modo como o ensino desse componente foi organizado ao longo das últimas décadas.

**O sentimento de que a matemática
“é para mim” precisa ser cultivado desde
a infância — e isso depende de professores
valorizados, bem-formados e apoiados
pelas redes de educação.**



Se, apesar de sua importância, a matemática ainda não desperta curiosidade e pertencimento em todas as crianças, adolescentes e jovens (e nas memórias de quem já passou pela escola), isso não deve ser visto como um problema sem solução. Frases como “Sempre fui ruim em matemática”, “Eu travo quando vejo um número” ou “Matemática não é pra mim” revelam enormes oportunidades de reinventar e enriquecer como o componente é ensinado e vivenciado, para que todo e cada estudante possa aprender, sobretudo, com alegria.

É nesse contexto que o Compromisso Nacional Toda Matemática convida você, gestor e educador, a unir esforços por uma transformação duradoura. Seu papel é fundamental para promover a matemática com equidade e inovação. Sua contribuição ao fortalecer a governança vai multiplicar os esforços nesse avanço, articulando políticas, recursos e pessoas em torno de um mesmo propósito. Assim, garantir a aprendizagem matemática é um compromisso com o direito à aprendizagem e com o futuro do nosso país.

Contamos com você nessa jornada!

3. A Aprendizagem Matemática no Brasil: Desafios e Oportunidades

Compreender o contexto da aprendizagem matemática no país e no mundo é o ponto de partida para a atuação estratégica dos gestores. Os elementos desta seção pretendem apoiar os(as) Secretários(as) de Educação e suas equipes a refletirem sobre:

O CENÁRIO NACIONAL DE APRENDIZAGEM MATEMÁTICA NO BRASIL.

O QUE OS DADOS E AS PESQUISAS APONTAM COMO RECOMENDAÇÕES E BOAS PRÁTICAS PARA ORIENTAR O TRABALHO DE GESTORES E EDUCADORES.

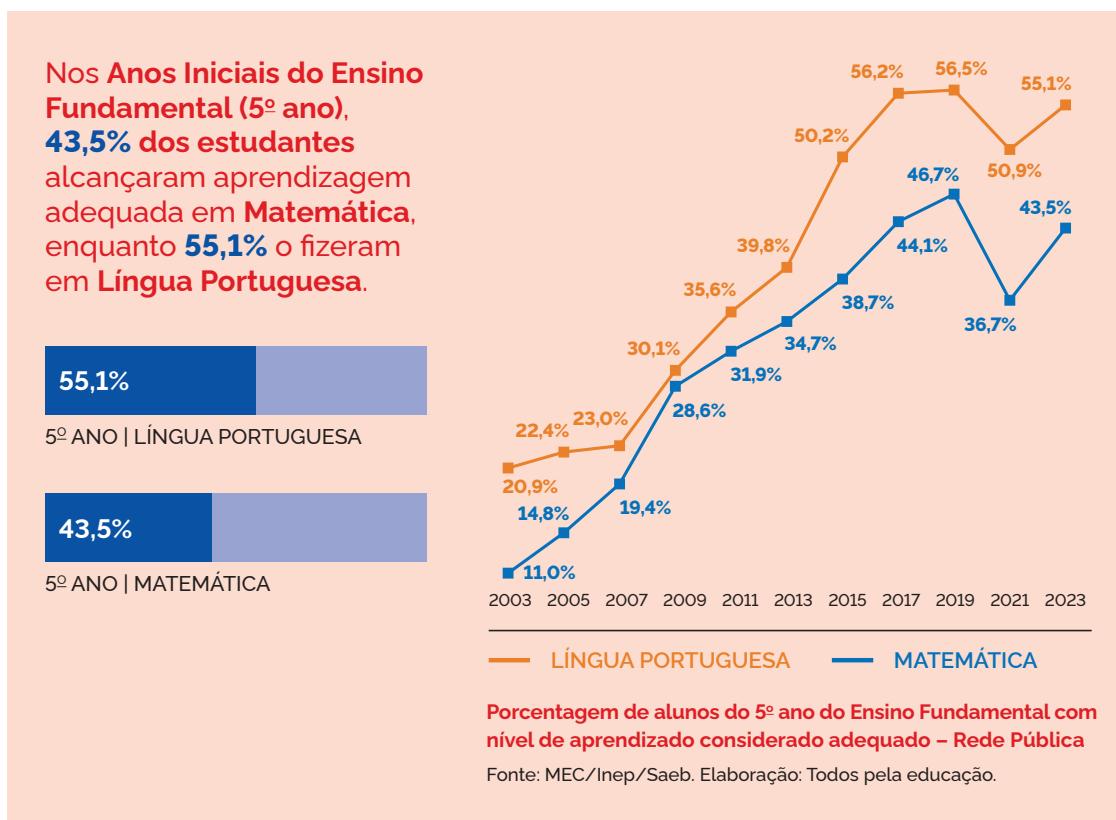
CAMINHOS, OPORTUNIDADES E REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO GESTOR NESSE CONTEXTO.

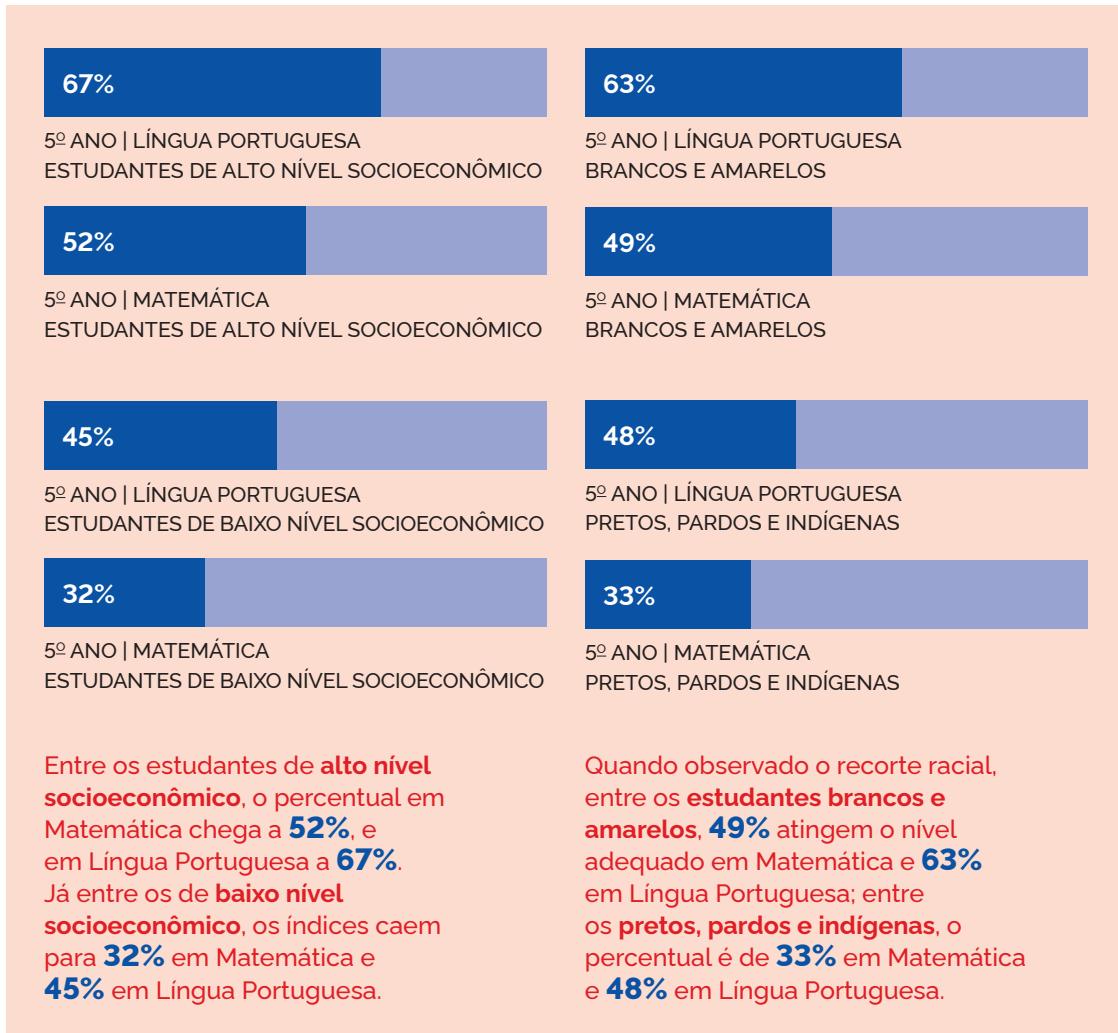
Os outros guias do Compromisso trarão um aprofundamento sobre a formação continuada de professores, revisão curricular e processos avaliativos para apoiar o diálogo com as diferentes equipes de sua secretaria.

3.1 Desempenho educacional e trajetória escolar

A aprendizagem matemática enfrenta uma crise persistente, marcada por resultados historicamente baixos e pela crença de que a Matemática seria um campo reservado a poucos. Essa percepção se reflete nos indicadores nacionais: ao longo das últimas décadas, os resultados do **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)** mostram desempenho inferior em Matemática em comparação à Língua Portuguesa em todas as etapas da Educação Básica.

Nos **Anos Iniciais do Ensino Fundamental**, mais especificamente no **5º ano**, **43,5% dos estudantes** alcançaram aprendizagem adequada em **Matemática**, enquanto **55,1%** o fizeram em **Língua Portuguesa**. Entre os estudantes de **alto nível socioeconômico**, o percentual em Matemática chega a **52%**, e em Língua Portuguesa, a **67%**. Já entre os de **baixo nível socioeconômico**, os índices caem para **32%** em Matemática e **45%** em Língua Portuguesa. Quando observado o recorte racial, entre **estudantes brancos e amarelos**, **49%** atingem o nível adequado em Matemática e **63%** em Língua Portuguesa; entre **pretos, pardos e indígenas**, o percentual é de **33%** em Matemática e **48%** em Língua Portuguesa.

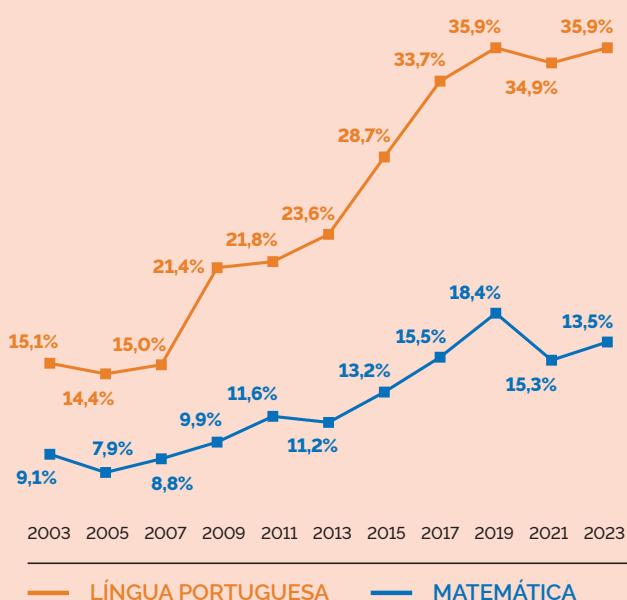




Ao avançar para os **Anos Finais do Ensino Fundamental**, mais especificamente o **9º ano**, as desigualdades se tornam mais expressivas: apenas **16,5% dos estudantes** demonstraram aprendizagem adequada em **Matemática**, enquanto **35,9%** alcançaram esse patamar em **Língua Portuguesa**. Entre os de **alto nível socioeconômico**, o índice em Matemática é de **27%** e em Língua Portuguesa de **64%**; entre os de **baixo nível socioeconômico**, **9%** e **33%**, respectivamente. No recorte racial, **22% dos estudantes brancos e amarelos** atingem o nível adequado em Matemática e **53%** em Língua Portuguesa, enquanto entre **pretos, pardos e indígenas** os percentuais são de **12%** e **38%**, respectivamente.

Ao avançar para os **Anos Finais do Ensino Fundamental (9º ano)**, as desigualdades se tornam mais expressivas: apenas **16,5% dos estudantes** demonstraram aprendizagem adequada em **Matemática**, enquanto **35,9%** alcançaram esse patamar em **Língua Portuguesa**.

Entre os de **alto nível socioeconômico**, o índice em Matemática é de **27%** e em Língua Portuguesa de **64%**; entre os de **baixo nível socioeconômico**, **9%** e **33%**, respectivamente. No recorte racial, **22% dos estudantes brancos e amarelos** atingem o nível adequado em Matemática e **53%** em Língua Portuguesa, enquanto entre os **pretos, pardos e indígenas** os percentuais são de **12%** e **38%**, respectivamente.



Porcentagem de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental com nível de aprendizado considerado adequado – Rede Pública

Fonte: MEC/Inep/Saeb. Elaboração: Todos pela educação.



9º ANO | LÍNGUA PORTUGUESA



9º ANO | MATEMÁTICA



9º ANO | LÍNGUA PORTUGUESA
ESTUDANTES DE ALTO NÍVEL SOCIOECONÔMICO



9º ANO | MATEMÁTICA
ESTUDANTES DE ALTO NÍVEL SOCIOECONÔMICO



9º ANO | LÍNGUA PORTUGUESA
ESTUDANTES DE BAIXO NÍVEL SOCIOECONÔMICO



9º ANO | MATEMÁTICA
ESTUDANTES DE BAIXO NÍVEL SOCIOECONÔMICO



9º ANO | LÍNGUA PORTUGUESA
BRANCOS E AMARELOS



9º ANO | MATEMÁTICA
BRANCOS E AMARELOS



9º ANO | LÍNGUA PORTUGUESA
PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS



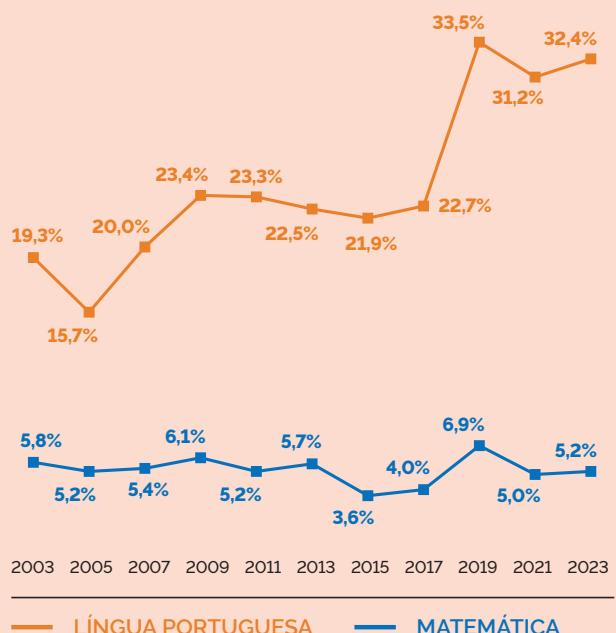
9º ANO | MATEMÁTICA
PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS

Na transição para o **Ensino Médio**, mais precisamente no **3º ano**, o cenário se agrava, e a distância entre as áreas se amplia: apenas **5,2% dos estudantes** alcançaram aprendizagem adequada em **Matemática**, frente a **32,4% em Língua Portuguesa**. Entre os estudantes de **alto nível socioeconômico**, o índice é de **9%** em Matemática e **46%** em Língua Portuguesa; entre os de **baixo nível socioeconômico**, **3%** e **22%**, respectivamente. Quando observadas as desigualdades raciais, **6,9% dos estudantes brancos e amarelos** atingem o nível adequado em Matemática e **39% em Língua Portuguesa**, enquanto entre **pretos, pardos e indígenas** os percentuais são de **3,2% e 25%**, respectivamente.

Na transição para o Ensino Médio (3º ano), o cenário se agrava, e a distância entre as áreas se amplia: apenas 5,2% dos estudantes alcançaram aprendizagem adequada em Matemática, frente a 32,4% em Língua Portuguesa.

32,4%
3ª SÉRIE | LÍNGUA PORTUGUESA

5,2%
3ª SÉRIE | MATEMÁTICA



Porcentagem de alunos da 3ª série do Ensino Médio com nível de aprendizado considerado adequado – Rede Pública

Fonte: MEC/Inep/Saeb. Elaboração: Todos pela educação.

46%
3ª SÉRIE | LÍNGUA PORTUGUESA
ESTUDANTES DE ALTO NÍVEL SOCIOECONÔMICO

22%
3ª SÉRIE | LÍNGUA PORTUGUESA
ESTUDANTES DE BAIXO NÍVEL SOCIOECONÔMICO

9%
3ª SÉRIE | MATEMÁTICA
ESTUDANTES DE ALTO NÍVEL SOCIOECONÔMICO

3%
3ª SÉRIE | MATEMÁTICA
ESTUDANTES DE BAIXO NÍVEL SOCIOECONÔMICO

Entre os estudantes de **alto nível socioeconômico**, o índice é de **9% em Matemática** e **46% em Língua Portuguesa**; entre os de **baixo nível socioeconômico**, **3% e 22%**, respectivamente.



39%

3^ª SÉRIE | LÍNGUA PORTUGUESA
BRANCOS E AMARELOS

25%

3^ª SÉRIE | LÍNGUA PORTUGUESA
PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS

6,9%

3^ª SÉRIE | MATEMÁTICA
BRANCOS E AMARELOS

3,2%

3^ª SÉRIE | MATEMÁTICA
PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS

Quando observadas as desigualdades raciais, **6,9%** dos **estudantes brancos e amarelos** atingem o nível adequado em Matemática e **39%** em Língua Portuguesa, enquanto entre os **pretos, pardos e indígenas** os percentuais são de **3,2%** e **25%**, respectivamente.

FOCO NOS DADOS

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (**INEP**) disponibiliza dados essenciais para orientar a gestão da sua rede de ensino. Por meio do **Painel Educacional**, é possível acessar os resultados das avaliações aplicadas nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Além disso, o painel oferece a **Série Histórica**, que apresenta médias e resultados por nível de proficiência das redes estaduais e municipais, permitindo análises estratégicas para a tomada de decisão.

Para explorar os dados, acesse: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-educacional>.

Os resultados do SAEB mostram que, conforme avançam na escolaridade, os estudantes brasileiros encontram mais dificuldade em matemática. Isso acontece porque a matemática é um componente acumulativo: cada novo conceito depende da compreensão e da consolidação dos conceitos anteriores.

Para aprender frações, por exemplo, o estudante precisa dominar a noção de número natural, de equivalência e de divisão. Para avançar em álgebra, é essencial ter consolidado as operações e propriedades aritméticas, que dão sentido às expressões e às generalizações. Já o raciocínio geométrico e proporcional depende de uma boa compreensão de magnitude, medidas e relações espaciais.



Quando esses fundamentos não estão consolidados, os novos conteúdos tendem a ser aprendidos de forma fragmentada e mecânica, sem que o estudante desenvolva compreensão conceitual nem consiga aplicar o conhecimento em situações novas. Esse processo reflete o chamado **efeito acumulativo da aprendizagem matemática**, em que dificuldades iniciais não superadas se transformam em gargalos conceituais que se ampliam ao longo da trajetória escolar e limitam o avanço nas etapas seguintes.

Fortalecer as bases conceituais desde os primeiros anos é, portanto, condição para que todos os estudantes aprendam Matemática no sentido pleno, desenvolvendo **habilidades e competências próprias dessa área do conhecimento**, como raciocinar, argumentar, resolver problemas, reconhecer padrões, modelar situações do cotidiano e estabelecer relações entre diferentes representações matemáticas.

Esses resultados mostram ainda que, mesmo entre estudantes de condições socioeconômicas semelhantes, persistem diferenças significativas de desempenho entre grupos raciais. O padrão se repete e se aprofunda ao longo da escolaridade, evidenciando que o desafio da equidade não se restringe ao acesso, mas envolve também a qualidade das oportunidades reais de aprender Matemática.

Essas desigualdades, observadas no SAEB, não são exclusivas do contexto brasileiro: elas se refletem em avaliações internacionais e revelam um desafio estrutural, que será explorado a seguir.

3.2 Desigualdades e equidade na aprendizagem matemática

As desigualdades educacionais **evidenciadas pelos dados do SAEB** encontram correspondência nas avaliações internacionais, confirmando que o problema é persistente e estrutural.

Criado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Programme for International Student Assessment (PISA) avalia as habilidades e os conhecimentos de estudantes de 15 anos em Matemática, Leitura e Ciências. Oitenta e um países e economias participaram da avaliação de 2022.

Segundo o PISA 2022¹,
73% dos estudantes brasileiros de 15 anos não atingiram o nível básico de proficiência em Matemática (nível 2), considerado pela OCDE o mínimo necessário para exercer plenamente a cidadania.

Apenas **3,1% dos estudantes em situação de vulnerabilidade social** alcançaram níveis adequados de aprendizagem, em contraste com **33% dos estudantes de alto nível socioeconômico**.



73%
dos estudantes
brasileiros de 15 anos
não atingiram o nível
básico de proficiência
em Matemática

Esses resultados evidenciam que o desempenho escolar está diretamente relacionado às desigualdades de renda, raça, território e acesso à educação de qualidade.

No PISA, atingir o nível básico significa que os estudantes conseguem interpretar e reconhecer situações que requerem não mais que inferência direta e interpretação literal dos resultados. Por exemplo, eles podem comparar a distância total de duas rotas alternativas ou converter preços em uma moeda diferente. Essas habilidades envolvem tarefas matemáticas relativamente simples, como efetuar subtrações e/ou adições com números de três algarismos, interpretar tabelas simples ou compreender fórmulas básicas de números inteiros.

Em contraste, estudantes que atingem níveis superiores (nível 5 ou 6) conseguem lidar com problemas mais complexos e abstratos, envolvendo múltiplas etapas ou interpretação de dados, caracterizando o que o PISA considera “alto desempenho”. Esse contraste ajuda a dimensionar a gravidade das defasagens de aprendizagem no Brasil e reforça a urgência de políticas estruturadas de recomposição.

¹ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes: PISA 2022 – Resultados*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2022/apresentacao_pisa_2022_brazil.pdf. Acesso em: 17 out. 2025.

O estudo internacional Trends in International Mathematics and Science Study (TIMSS)² reforça esse diagnóstico: os estudantes brasileiros do 4º e do 8º anos apresentaram médias significativamente abaixo em relação ao resultado internacional, especialmente no 8º ano, quando as defasagens se tornam mais evidentes. Isso indica que as dificuldades em Matemática não apenas se mantêm ao longo da escolaridade, mas se aprofundam à medida que os estudantes acumulam lacunas conceituais.

Além dos dados da Educação Básica, há evidências sobre o impacto da Matemática na economia brasileira e, portanto, nas oportunidades de inclusão produtiva de jovens e adultos. O estudo *Contribuição dos trabalhos intensivos em Matemática para a economia brasileira*³ revelou que, no Brasil, a participação das ocupações com uso intensivo da Matemática ainda é inferior à de países desenvolvidos, refletindo desafios na formação e na inserção desses profissionais no mercado de trabalho. Enquanto a renda dessas profissões representa 18% do Produto Interno Bruto (PIB) francês, no Brasil sua participação é de apenas 4,3%.

Esses profissionais, no entanto, concentram maiores índices de escolaridade, formalização, produtividade e resiliência econômica, especialmente em momentos de crise, como foi o caso da pandemia de covid-19. A pesquisa aponta ainda para as desigualdades sociais no acesso a essas profissões, destacando disparidades de gênero e raça.

Outra análise recente, conduzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁴, reforça esse panorama ao demonstrar a importância de uma força de trabalho capacitada para atender às demandas do mercado de trabalho contemporâneo. No caso das competências matemáticas, os benefícios oferecidos aos mais bem-preparados, em termos de escolaridade e anos de estudo, são substanciais e se refletem em melhores oportunidades de renda e mobilidade social.

² Para saber mais, acesse: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/timss>.

³ OLIVEIRA, F. et al. *Contribuição dos trabalhos intensivos em matemática para a economia brasileira*. [s.l.]: Itaú Social, 2024.

⁴ REIS, Maurício Cortez. *As competências matemáticas no mercado de trabalho brasileiro: o papel da escolaridade e implicações para os rendimentos*. Brasília: Ipea, 2025. (Texto para Discussão (TD), n. 3109). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/3bd11eee-fa55-4c13-8b-36-bb40c3d9a7fb>. Acesso em: 22 out. 2025.



Esses resultados evidenciam uma oportunidade estratégica: quando a escola garante o direito à aprendizagem de Matemática desde os primeiros anos da Educação Básica, contribui diretamente para reduzir desigualdades históricas, fortalecer a inclusão produtiva e impulsionar o desenvolvimento econômico local e nacional.

A equidade, portanto, é condição essencial para a qualidade. Promover a aprendizagem de todos significa reconhecer e enfrentar as desigualdades de partida, garantindo mais apoio, tempo e oportunidades aos que mais precisam, sem deixar de cuidar do aprendizado de todos os estudantes.

3.3 Recomposição das aprendizagens e avaliação formativa

As evidências apresentadas reforçam que as desigualdades em Matemática são estruturais, cumulativas e afetam não apenas o desempenho escolar, mas também o desenvolvimento econômico e social do país. Nesse contexto, a **recomposição das aprendizagens** emerge como uma resposta sistêmica e urgente, voltada à reconstrução das bases do conhecimento matemático e à garantia de que todos os estudantes tenham condições reais de aprender e progredir.

Mais do que uma ação voltada à equidade, a recomposição representa uma estratégia de reconstrução do direito de aprender. As defasagens identificadas nas avaliações nacionais e internacionais mostram que o desafio ultrapassa grupos específicos e se estende a toda a rede de ensino, exigindo políticas consistentes, contínuas e baseadas em evidências.

A recomposição curricular e pedagógica tem como foco recuperar conhecimentos e habilidades não consolidados em etapas anteriores e, ao mesmo tempo, assegurar bases sólidas para novas aprendizagens. Trata-se de compreender a aprendizagem como um processo acumulativo, no qual cada conceito matemático se apoia no domínio do conceito anterior. Quando essa base não está bem-estruturada, o avanço seguinte se torna limitado, o que faz do trabalho de recomposição uma tarefa tanto pedagógica quanto ética.

**Mais do que uma ação voltada à equidade,
a recomposição representa uma estratégia
de reconstrução do direito de aprender.**

Nesse processo, a **avaliação formativa** também assume papel importante. Mais do que medir resultados, ela serve para identificar lacunas específicas de aprendizagem, orientar o planejamento pedagógico e permitir que professores e gestores monitorem o progresso dos estudantes ao longo do tempo. A avaliação formativa também favorece práticas mais reflexivas e diagnósticas, em que o erro é tratado como parte constitutiva do aprender, e não como falha a ser punida.

A recomposição não deve ser entendida como uma ação pontual ou emergencial, mas como parte de uma política permanente de fortalecimento da aprendizagem matemática.

Para que a recomposição se efetive, é essencial **haver integração entre políticas curriculares, formativas e avaliativas**. Essa integração já se expressa em iniciativas como o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, que articula o trabalho das redes, a formação de professores, a disponibilização de instrumentos pedagógicos e o uso de plataformas de avaliação formativa. No âmbito do Compromisso Nacional Toda Matemática, essa perspectiva se consolida como diretriz estratégica, conectando recomposição, qualidade e equidade como dimensões indissociáveis.

A recomposição não deve ser entendida como uma ação pontual ou emergencial, mas como parte de uma política permanente de fortalecimento da aprendizagem matemática. Ela requer acompanhamento sistemático, apoio técnico às escolas e uma gestão pedagógica comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes. Mais do que recuperar o que se perdeu, trata-se de garantir o avanço contínuo, formando aprendizes capazes de pensar, argumentar e aplicar o raciocínio matemático em diferentes contextos da vida.

O **Compromisso Nacional Toda Matemática** está alinhado às demais políticas do Ministério da Educação que visam garantir as aprendizagens essenciais em todas as etapas da Educação Básica. Ele **dialoga diretamente** com:

Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil (Conaquei), que busca a melhoria contínua da qualidade e da equidade na Educação Infantil, criando condições estruturais e pedagógicas para o desenvolvimento do pensamento lógico e matemático desde a primeira infância.

Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens⁵, que apoia a reorganização curricular e a formação docente voltada à superação das defasagens em Matemática.

Compromisso Nacional Criança Alfabetizada⁶, que fortalece a base numérica e o raciocínio lógico-matemático nos Anos Iniciais, condição essencial para a continuidade da aprendizagem nos anos seguintes.

Programa Escola das Adolescências⁷, especialmente nos **Clubes de Letramento Matemático**, que promove o aprendizado ativo por meio de projetos e desafios.

Programa Escola em Tempo Integral⁸, que oferece a oportunidade de **ampliar o tempo de aprendizagem** e investir em metodologias inovadoras e contextualizadas para o ensino da Matemática.

Política Nacional do Ensino Médio, que busca tornar a educação mais relevante e atrativa para os jovens, além de reduzir a evasão escolar. Sua reestruturação curricular, orientada por itinerários formativos e pela área de Matemática e suas Tecnologias, amplia as possibilidades de aprofundamento e aplicação dos conhecimentos matemáticos na formação integral dos estudantes.

Pé-de-Meia, que promove a permanência e a conclusão escolar de estudantes matriculados no Ensino Médio público, com ações pedagógicas no âmbito da **Estratégia Pedagógica Rumo Certo**. O programa também contribui para o engajamento dos estudantes com a aprendizagem matemática ao vincular incentivo financeiro à participação e ao progresso escolar, reforçando a relação entre permanência, esforço e desempenho acadêmico.

Na Ponta do Lápis, que busca apoiar e fortalecer a implementação dos temas contemporâneos transversais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente os da macroárea de Economia, favorecendo a leitura e a compreensão de fenômenos quantitativos e a aplicação da Matemática em contextos econômicos e sociais.

Articular essas políticas significa planejar ações integradas, aproveitando os instrumentos e recursos e materiais que cada programa oferece — como formações, materiais pedagógicos, indicadores de monitoramento e estratégias de engajamento de professores e estudantes — para fortalecer a aprendizagem matemática em todas as etapas.

5 BRASIL. Ministério da Educação. *Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens*. Brasília, DF: MEC, [2023?]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/recomposicao-aprendizagens>. Acesso em: 22 out. 2025.

6 BRASIL. Ministério da Educação. *Compromisso Nacional Criança Alfabetizada*. Brasília, DF: MEC, [2023?]. Disponível em: <https://criancaalfabetizada.caeddigital.net/>. Acesso em: 22 out. 2025.

7 BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Escola das Adolescências*. Brasília, DF: MEC, [2024?]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-das-adolescencias>. Acesso em: 22 out. 2025.

8 BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Escola em Tempo Integral*. Brasília, DF: MEC, [2023?]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral>. Acesso em: 22 out. 2025.



Matriz de Articulação e Sinergia entre Políticas do MEC

INICIATIVA/PROGRAMA	FOCO	PONTO DE CONTATO COM O COMPROMISSO NACIONAL TODA MATEMÁTICA (CNTM)	EIXOS/MECANISMOS DE GOVERNANÇA COMUM
Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil (Conaquei)	Melhoria contínua da qualidade e da equidade na Educação Infantil.	Desenvolvimento do pensamento lógico-matemático desde a primeira infância.	Integração de políticas no planejamento territorial; articulação interetapas da Educação Básica; uso de indicadores de qualidade como referência para ações formativas e pedagógicas.
Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens	Superação de defasagens em Matemática e reorganização curricular.	Avaliações formativas e estratégias para recomposição das aprendizagens essenciais.	Sistema integrado de monitoramento de aprendizagem; formação docente articulada; uso comum de plataformas e instrumentos de avaliação.
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	Alfabetização e base numérica nos Anos Iniciais.	Fortalecimento do raciocínio lógico-matemático e consolidação das habilidades numéricas fundamentais.	Fluxo de continuidade entre alfabetização e Matemática; orientações curriculares compartilhadas; formação docente sequencial.
Programa Escola das Adolescências — Clubes de Letramento Matemático	Aprendizado ativo e protagonismo estudantil.	Projetos e desafios matemáticos alinhados às competências e às habilidades do Compromisso.	Inovação pedagógica e práticas de protagonismo estudantil; compartilhamento de experiências e boas práticas; monitoramento de engajamento e resultados.
Programa Escola em Tempo Integral	Ampliação do tempo de aprendizagem e metodologias inovadoras.	Integração da Matemática em projetos interdisciplinares e contextualizados.	Planejamento curricular integrado; gestão pedagógica articulada por área de conhecimento; monitoramento da ampliação da aprendizagem.
Política Nacional do Ensino Médio	Educação mais relevante e atrativa; redução da evasão escolar.	Itinerários formativos na área de Matemática e suas Tecnologias, com foco em competências aplicadas.	Aproximação entre currículo e formação docente; alinhamento dos itinerários formativos às competências matemáticas; monitoramento por indicadores de desempenho e permanência.
Pé-de-Meia — Estratégia Pedagógica Rumo Certo	Permanência e conclusão escolar no Ensino Médio.	Incentivo à aprendizagem matemática associado ao engajamento e desempenho escolar.	Articulação entre políticas de aprendizagem e permanência; uso de dados educacionais para acompanhamento; coordenação entre incentivos e resultados de aprendizagem.
Na Ponta do Lápis	Implementação de temas contemporâneos transversais da BNCC (macroárea Economia).	Aplicação da Matemática em contextos econômicos e sociais.	Integração curricular entre Matemática e temas transversais; produção de materiais didáticos articulados; monitoramento temático de aprendizagens.

3.4 Caminhos que transformam: a profissão docente em Matemática

A recomposição das aprendizagens e o fortalecimento da equidade só se concretizam pela ação direta dos professores em sala de aula. Por isso, é fundamental compreender os desafios e as potencialidades da profissão docente em Matemática, eixo estratégico de qualquer política de melhoria da aprendizagem.

O Censo da Educação Superior de 2023 mostra que a evasão acumulada nos cursos de matemática chega a 70%, enquanto a média nacional para todas as graduações é de 59%. Além disso, nos cursos presenciais de licenciatura em matemática, há uma ociosidade de vagas de 38%, e apenas um terço dos licenciados ingressa efetivamente na carreira docente. Esses números evidenciam fragilidades na estrutura das licenciaturas, bem como desafios relacionados à motivação e às condições de permanência dos futuros educadores dessa área.

É importante que você, gestor, tenha em mente o papel estratégico de políticas consistentes de formação continuada e valorização docente em seu município ou estado.

Diante disso, é importante que você, gestor, tenha em mente o papel estratégico de políticas consistentes de formação continuada e valorização docente em seu município ou estado. Isso significa também estar consciente da necessidade de suportes adicionais frente a eventuais lacunas ou dificuldades trazidas por conta da formação inicial, seja da Pedagogia, no caso dos professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Fundamental, seja da Licenciatura em matemática, no caso dos professores especialistas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Médio. A **Escuta Nacional de Professores que Ensinam Matemática** mostrou, por exemplo, que, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, aproximadamente **um terço dos docentes se sente despreparado para avaliar e usar evidências de aprendizagem em matemática**, bem como para a recomposição das aprendizagens. Além disso, **dois em cada dez professores nos Anos Iniciais sentem-se pouco ou nada preparados quanto à didática específica para ensinar conteúdos de matemática**. Investir na formação docente implica definir estratégias para o domínio sólido do conteúdo da área, além de promover o desenvolvimento de sensibilidade pedagógica e da capacidade de contextualizar o ensino de forma eficaz.

Além disso, outros dados apontam fragilidades na formação de professores especialistas que atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Cerca de **40% dos professores dessas etapas apontaram não ter estudado aspectos relacionados à didática para o ensino da matemática e 60% apontaram não ter repertório para uso de avaliações e evidências** sobre a aprendizagem dos estudantes.

Esses dados indicam a importância de que gestores e formadores estruturam políticas de formação continuada coerentes com a prática docente e alinhadas ao currículo e às evidências de aprendizagem. Fortalecer o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo Matemático (CPCM)⁹, que articula o domínio do conteúdo à compreensão de como os estudantes aprendem, deve estar no centro das estratégias formativas. À luz das contribuições da neurociência e das ciências da aprendizagem, é essencial compreender como o cérebro constrói significados, consolida conceitos e transforma erros em oportunidades de aprendizagem.

Garantir que cada professor tenha acesso a percursos formativos contínuos, contextualizados e colaborativos é condição para a qualidade do ensino. Tão importante quanto a formação é o acompanhamento pedagógico¹⁰, realizado por gestores escolares e coordenadores, que devem atuar como mediadores do desenvolvimento docente, apoiando o planejamento, o uso de evidências e o aprimoramento das práticas. A organização sistêmica desses processos é o que garante a perenidade das ações e promove transformações reais nas práticas pedagógicas dos educadores, conciliando o que está definido na política local, o conteúdo trabalhado na formação continuada e a prática docente.

O fortalecimento da docência é, portanto, um pilar de governança. Sem professores bem-formados, valorizados e acompanhados, nenhuma política de recomposição ou equidade se sustenta de forma duradoura.

9 MOVIMENTO PROFISSÃO DOCENTE. *Conhecimento pedagógico do conteúdo em matemática: recomendação para políticas públicas docentes*. São Paulo: Instituto Península, 2024. Disponível em: <https://www.profissaodocente.org.br/post/conhecimento-pedagogico-do-conteudo-em-matematica-recomendacao-para-politicas-publicas-docentes>. Acesso em: 17 out. 2025.

10 A Escola Fundação Itaú disponibiliza um curso sobre acompanhamento pedagógico. Para conhecer, acesse: <https://fundacaoitau.org.br/escola/autoformativos/acompanhamento-pedagogico-gestores-as-e-liderancas>.

CREENÇAS E PRÁTICAS: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NA EXPERIÊNCIA DOCENTE

Os dados da *Escuta Nacional dos Professores e Professoras que Ensinam Matemática* evidenciam um quadro complexo, no qual se combinam fortes convicções sobre o valor da docência e significativos desafios para o exercício cotidiano da prática pedagógica. Há, de um lado, um corpo docente que demonstra elevado senso de compromisso com a aprendizagem dos estudantes e orgulho de sua profissão (mais de 95% dos professores afirmam gostar do que fazem e se sentem realizados com os desafios de ensinar). De outro, emergem sentimentos de insuficiência formativa e limitações estruturais que condicionam a prática e podem tensionar a coerência entre crenças e ação pedagógica.

A maioria dos professores afirma acreditar na importância de uma aprendizagem significativa e no protagonismo dos estudantes, ao mesmo tempo que manifesta forte interesse por formações práticas, baseadas em oficinas e experimentação de atividades em sala de aula. Entretanto, quando observadas as respostas sobre as **práticas efetivas**, nota-se a persistência de um modelo de ensino **centrado na exposição oral e na resolução de exercícios repetitivos**, com menor frequência de estratégias de investigação, diálogo ou resolução colaborativa de problemas. Além disso, ainda é persistente a crença de que nem todos os estudantes são capazes de aprender matemática. Esse dado sugere que, mesmo reconhecendo o valor de metodologias ativas, a transposição dessas concepções para a prática ainda é limitada.

Esse descompasso entre o que os professores acreditam e o que conseguem realizar na sala de aula parece vincular-se a um conjunto de fatores interdependentes. Entre eles, destacam-se: o sentimento de **preparo insuficiente em fundamentos da educação e didática específica da matemática**, particularmente nos Anos Iniciais; a **falta de materiais pedagógicos adequados**; e a **pressão por resultados em avaliações externas**, que tende a reforçar abordagens mais tradicionais. Soma-se a isso o **tempo reduzido de aula**, especialmente no Ensino Médio, e as **condições de trabalho** que dificultam o planejamento colaborativo e o desenvolvimento de práticas inovadoras.

As percepções captadas pela Escuta, portanto, convidam à reflexão sobre o papel das políticas de formação e apoio ao professor. Não se trata apenas de oferecer novas oportunidades formativas, mas de **reconfigurar os espaços e tempos da docência** para que o professor possa efetivamente experimentar, refletir e consolidar novas formas de ensinar. Formações que articulem **fundamentação teórica, prática situada e troca entre pares** podem favorecer a aproximação entre crenças e práticas, fortalecendo uma cultura pedagógica mais investigativa, colaborativa e orientada à equidade nas aprendizagens.

3.5 Pertencimento matemático: caminhos para a gestão

Além das barreiras estruturais, há também fatores subjetivos que influenciam fortemente o aprendizado em matemática, sobretudo como os estudantes percebem o componente e como ele é ensinado. Um estudo da Fundação Itaú, em parceria com o Equidade.info¹¹, revelou que 23% dos estudantes acreditam que a matemática é “apenas para pessoas inteligentes” e 38% sentem nervosismo ou ansiedade diante da disciplina.

Essa percepção impacta diretamente as escolhas futuras: 48% afirmam que evitariam cursos de Ensino Superior com maior carga de matemática e 51% optariam por trabalhos com baixa exigência nessa área.

O desafio não é apenas ensinar conteúdos, mas também reconstruir o vínculo dos estudantes com a disciplina. A aprendizagem matemática se fortalece em contextos nos quais prevalecem relações positivas e de confiança entre professores e estudantes, elementos essenciais para um ambiente produtivo e acolhedor.

48% afirmam que evitariam cursos de Ensino Superior com maior carga de matemática e 51% optariam por trabalhos com baixa exigência nessa área.

Nesse sentido, é importante que as gestões da rede de ensino promovam uma cultura e espaços de pertencimento matemático, em que todos se sintam valorizados, incentivados e parte ativa do processo de construção do conhecimento. Essa cultura se fortalece nas vivências coletivas com os gestores da rede de ensino, equipe técnica e professores, bem como na construção de repertórios pedagógicos que orientem a definição de estratégias de ensino capazes de favorecer a experimentação, a investigação e a testagem de hipóteses pelos estudantes.

Quando os estudantes se sentem seguros para expressar dúvidas, testar e até mesmo errar sem receio de julgamento, estão mais propensos a explorar conceitos complexos e desenvolver uma **mentalidade de crescimento**¹² em relação ao componente.

11 FUNDAÇÃO ITAÚ. *Percepções sobre a matemática em estudantes, professores e gestores escolares no Brasil*. São Paulo: Fundação Itaú, 2024. Disponível em: <https://www.equidade.info/dashboards>. Acesso em: 8 out. 2025

12 DWECK, Carol S. *Mindset: The New Psychology of Success*. New York: Random House, 2006.



É interessante observar que essa também é uma demanda dos estudantes das redes de ensino. A **Escuta Nacional das Adolescências¹³**, que envolveu **2,3 milhões de estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental**, mostrou que os jovens querem aprender mais Matemática e expressam o desejo de vivenciar novas formas de aprender: menos aulas expositivas e mais atividades práticas, desafiadoras e colaborativas.



SAIBA MAIS

Essas preferências revelam a importância de construir propostas pedagógicas que articulem a experimentação e a resolução de problemas à compreensão conceitual e ao raciocínio matemático. O protagonismo do estudante precisa vir acompanhado de mediações qualificadas, capazes de transformar a curiosidade e a prática em aprendizagem significativa.

Ansiedade Matemática

- **O que é:** a ansiedade matemática envolve respostas cognitivas, emocionais e físicas diante de situações que exigem matemática, como resolver problemas ou lidar com números. Seja em um ambiente de aprendizagem (escola), seja em uma situação do cotidiano (calcular troco de compras, pensar em taxas de juros ou percentual).
- **Quem é afetado:** crianças, adolescentes e adultos podem sentir ansiedade matemática, principalmente quando há experiências negativas prévias ou pressão para ter alto desempenho.
- **Como se manifesta:** medo de errar, preocupação excessiva, baixa confiança nas próprias habilidades e menor engajamento em atividades matemáticas.

A ansiedade matemática pode ser vista nos dados do PISA 2022 sobre estudantes brasileiros:

65,1%
sentem ansiedade com a possibilidade de reprovar em matemática

74,2%
preocupam-se frequentemente em ter dificuldades nas aulas

64,3%
sentem-se incapazes de resolver problemas matemáticos

¹³ BRASIL, Ministério da Educação. Relatório da Semana da Escuta das Adolescências nas Escolas. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-das-adolescencias/semana-da-escuta-das-adolescencias/RELATORIO_FINAL.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.

A ansiedade matemática pode ser vista nos dados do PISA 2022 sobre estudantes brasileiros:

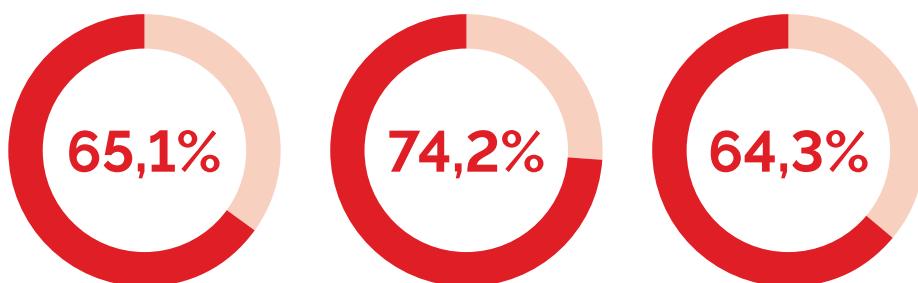
65,1% sentem ansiedade com a possibilidade de reprovar em matemática.

74,2% preocupam-se frequentemente em ter dificuldades nas aulas.

64,3% sentem-se incapazes de resolver problemas matemáticos.

Esses índices são significativamente superiores à média da OCDE (54,8%, 40% e 40%, respectivamente), mostrando a necessidade urgente de ambientes escolares que promovam **segurança, pertencimento e confiança** na aprendizagem matemática.

ANSIEDADE MATEMÁTICA
Índices dos estudantes brasileiros | PISA 2022



ANSIEDADE MATEMÁTICA
Índices mundiais | OCDE



Diante desse cenário de ansiedade em relação à Matemática, é essencial considerar, desde a Educação Infantil, práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento do pensamento matemático como parte do processo formativo das crianças. Mais do que antecipar o ensino formal de números e signos, trata-se de garantir experiências que favoreçam a curiosidade, a investigação e a resolução de problemas em contextos lúdicos e significativos. Nessas vivências, as crianças se apropriam pro-



gressivamente da linguagem matemática, explorando contagens, formas, medidas e relações entre grandezas, e constroem bases sólidas para a continuidade das aprendizagens e para uma relação mais positiva e confiante com a Matemática ao longo da trajetória escolar.

3.6 Somar esforços, multiplicar resultados

Gestor, é importante que você saiba que não está sozinho para fazer essa transformação acontecer!

Entidades como a Sociedade Brasileira de Matemática (SBM)¹⁴, a Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM)¹⁵, a Associação Nacional dos Professores de Matemática na Educação Básica (ANPMAt)¹⁶ e o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA)¹⁷ podem ser suas aliadas nesse movimento.

Essas organizações, que são colegiados de professores e pesquisadores na área de matemática, já têm amplo conhecimento sistematizado sobre o ensino e a aprendizagem da matemática, além de experiência com pesquisas, formações, materiais, estudos aplicados e recomendações que podem subsidiar práticas pedagógicas mais eficazes e orientar suas políticas locais com base em evidências.

De forma prática, você pode aproveitar essa rede de parceiros para:

- identificar polos e representantes locais, inclusive mapeando educadores da sua rede que compõem essas organizações;
- promover encontros, escutas e parcerias estratégicas;
- ter apoio na construção de materiais pedagógicos e formativos para os educadores;
- integrar ações de pesquisa aplicada e práticas pedagógicas da sua rede;
- obter leitores críticos para revisão e priorização de currículos, processos de seleção de educadores; e
- definir estratégias e processos de reconhecimento de boas práticas na sua rede de ensino.

14 Sociedade Brasileira de Matemática (SBM). Disponível em: <https://sbm.org.br>. Acesso em: 17 out. 2025.

15 Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM). Disponível em: <https://www.sbembrasil.org.br>. Acesso em: 17 out. 2025

16 Associação Nacional dos Professores de Matemática na Educação Básica (ANPMAt). Disponível em: <https://anpmat.org.br>. Acesso em: 17 out. 2025.

17 Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). Disponível em: <https://impa.br>. Acesso em: 17 out. 2025.

Além dessas e outras organizações da sociedade civil, é importante que você busque dialogar também com universidades e institutos de pesquisa de sua região. O diálogo com quem está à frente da produção de conhecimento e da formação inicial de educadores certamente irá enriquecer e aprimorar as ações da sua rede na promoção da aprendizagem significativa. Há outro movimento igualmente importante: olhar para dentro, buscando mapear professores e gestores escolares que têm se destacado em desenvolver estratégias transformadoras na sua rede, incluindo mas não se limitando aos resultados nas avaliações padronizadas. Muitas vezes, práticas de referência nas unidades educativas ficam escondidas. Esse olhar mais local pode trazer muita inspiração e também mais aliados internos, apoiando você e sua equipe nos esforços junto a outros gestores escolares e docentes.

4. O Compromisso Nacional Toda Matemática

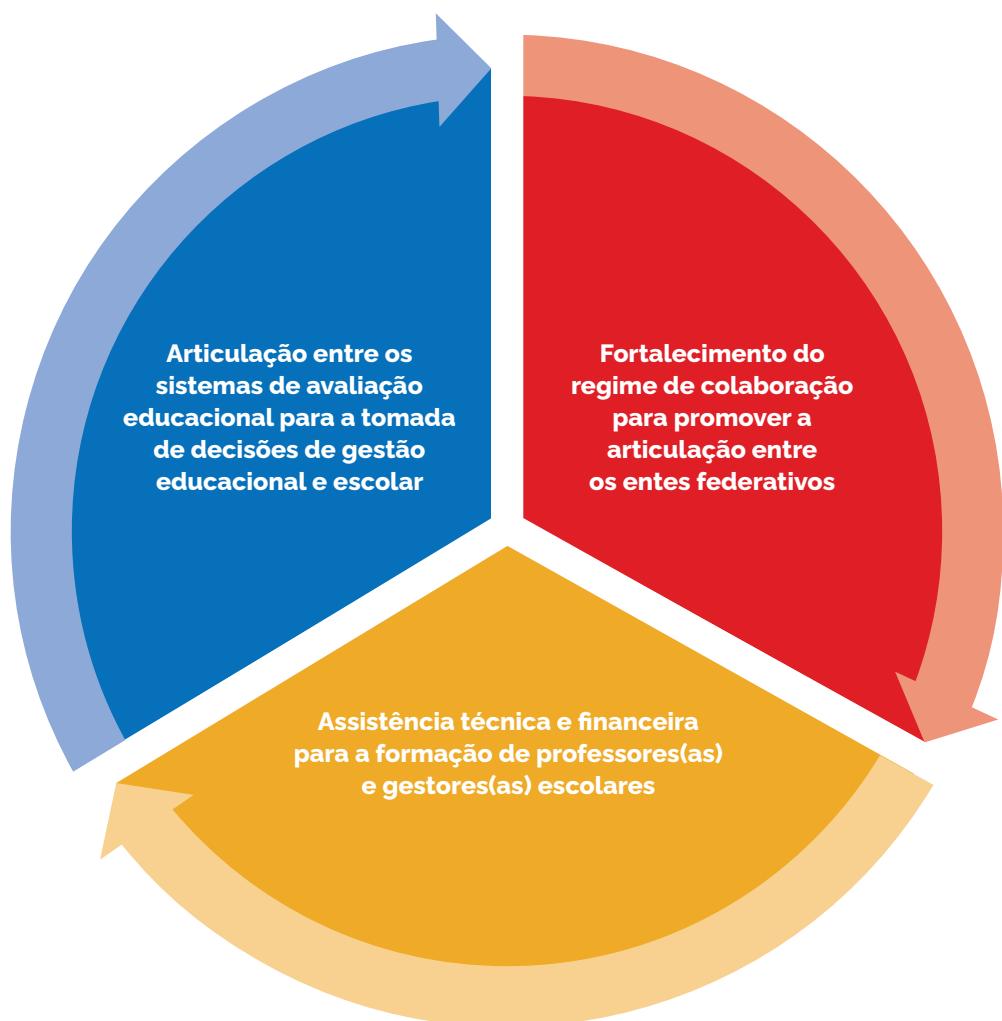
Diante dos desafios e das oportunidades postos anteriormente, o MEC lançou, em 2025, o **Compromisso Nacional Toda Matemática**, uma política pública voltada para fortalecer a aprendizagem matemática na Educação Básica por meio da colaboração com estados e municípios. O programa oferece apoio técnico e financeiro, formação de professores e ferramentas para aprimorar a aprendizagem dos estudantes. Com adesão voluntária das redes de ensino, suas ações se organizam em cinco eixos: **governança e gestão, orientação curricular, avaliação da aprendizagem, práticas pedagógicas e formação docente**.

EIXOS ESTRUTURANTES

GOVERNANÇA E GESTÃO DA POLÍTICA DE MATEMÁTICA	FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	ORIENTAÇÃO CURRICULAR	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	RECONHECIMENTO DE BOAS PRÁTICAS
EIXO 1 Engajamento e compromisso dos estados e municípios	EIXO 2 Professores estarem preparados para ensinar essas competências e habilidades	EIXO 3 Professores saberem quais são as competências e habilidades prioritárias	EIXO 4 Redes saberem "onde estão" e "para onde devem ir"	EIXO 5 Disseminar e reconhecer boas práticas pedagógicas e resultados

Entre as ações concretas, destaca-se a produção de guias técnicos contemplando as etapas de ensino, com orientações sobre currículo, avaliação e formação. O Compromisso também prevê apoio financeiro específico no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), fortalecendo ações de matemática e a recomposição das aprendizagens, especialmente em territórios mais vulneráveis. Ao integrar formação docente, materiais de qualidade, avaliação e pactuação de metas entre os entes federativos, a política institui uma nova governança baseada na corresponsabilidade e no uso pedagógico de evidências.

Além dos cinco eixos, a política está desenhada a partir de uma visão sistêmica com três estratégias:



Para promover a melhoria contínua da aprendizagem matemática, o Compromisso convoca todos os entes do sistema educacional a colaborar na construção de estratégias efetivas. Inspirado em evidências sobre os desafios do ensino, incluindo a Escuta Nacional de Professores de Matemática, que reuniu mais de 57 mil docentes, o programa propõe ações para que todos os estudantes desenvolvam aprendizagem adequada, tornando o aprendizado mais significativo, inclusivo e transformador.

O Compromisso Nacional Toda Matemática reafirma a área do conhecimento como vetor estratégico da educação brasileira. Essa política representa um passo concreto e articulado para transformar o ensino da matemática em todo o país, mobilizando redes, escolas, educadores e a sociedade em torno de um objetivo comum: garantir que os objetivos do Compromisso sejam cumpridos e que todos os estudantes aprendam matemática com sentido, propósito e pertencimento, promovendo resultados concretos e sustentáveis.

Essas estratégias estão ancoradas em princípios de equidade, com o propósito de enfrentar desigualdades educacionais e garantir que todos os estudantes, independentemente do território, condição social ou origem, tenham acesso a um ensino de qualidade que garanta uma aprendizagem matemática significativa.

5. Estrutura da Governança Política

5.1 Estratégias de governança da política

A governança do Compromisso Nacional Toda Matemática é norteada por estratégias que visam garantir uma implementação eficaz e equitativa da política.

- a. Fortalecimento do Regime de Colaboração:** instituído por meio da conjugação de esforços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, operando em um regime de colaboração. Este é um pilar fundamental para garantir o compromisso de forma sistêmica e colaborativa, com corresponsabilidade dos diferentes atores.

b. Articulação entre os Sistemas de Avaliação Educacional da Educação Básica: a integração entre o SAEB e os sistemas estaduais de avaliação é fundamental para apoiar a implementação da política, fornecendo informações consistentes sobre os níveis de aprendizagem dos estudantes. Essa articulação permite que gestores, escolas e professores utilizem dados confiáveis para orientar decisões pedagógicas, planejar intervenções e acompanhar o progresso da aprendizagem em matemática.

c. Assistência técnica e financeira para a formação de professores e gestores escolares: serão disponibilizadas assistências técnica e financeira para que os entes viabilizem a implementação do Compromisso Nacional Toda Matemática, com foco na formação de gestores e de professores, tanto pedagogos como licenciados em matemática. Esse apoio ocorrerá por meio de ações que articulem e integrem a formação docente ao trabalho das equipes gestoras, fortalecendo a coordenação pedagógica nas escolas. As iniciativas envolverão capacitação contínua, uso de materiais didáticos e recursos pedagógicos, além de melhorias na infraestrutura, de modo a criar condições que favoreçam a aprendizagem da matemática. O MEC apoiará a implementação dessas ações por meio de diretrizes e formações baseadas em práticas comprovadamente eficazes.

5.2 Órgãos e instâncias da Governança

O Compromisso Nacional Toda Matemática tem uma estrutura de governança organizada para assegurar a coordenação, a implementação e o monitoramento da política voltada ao ensino e à aprendizagem da matemática em todo o país.

Essa estrutura articula instâncias nacionais, estaduais e locais, garantindo que as ações do programa sejam planejadas, acompanhadas e avaliadas de forma integrada. Entre os principais órgãos de governança destacam-se o Comitê Nacional Gestor do Compromisso Nacional Toda Matemática (COMAT), a Rede Nacional de Ancoragem da Estratégia de Implementação do Compromisso Nacional Toda Matemática (RENAMAT) e os Comitês Estratégicos Estaduais.

a. COMAT

Instituído formalmente por ato do Ministro de Estado da Educação, o Comitê Nacional Gestor, denominado COMAT, é uma instância de governança nacional responsável por coordenar e acompanhar a implementação do Compromisso. Suas atribuições incluem:

- propor, monitorar e avaliar as estratégias da política;
- colaborar na formulação e na pactuação de esforços entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- validar ações e diretrizes voltadas à garantia da aprendizagem em matemática;
- articular políticas interfederativas;
- organizar Grupos de Trabalho temáticos, voltados a cada etapa da Educação Básica: Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

b. RENAMAT

Igualmente instituída por ato do Ministro de Estado da Educação, tem como função apoiar a articulação interfederativa e contribuir para a execução das estratégias previstas no Decreto do Compromisso. Serão dois indicados por unidade federativa, uma indicada pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e outra pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

Suas funções principais são:

- apoiar a implementação das estratégias previstas no Decreto do Compromisso;
- colaborar na produção de Guias Técnicos e outros materiais de orientação;
- mobilizar e articular esforços junto às redes estaduais e municipais;
- propor melhorias contínuas para a execução local da política.

Atenção!

Identifique quem é o articulador da RENAMAT do município ou do estado e oriente a equipe a se aproximar desse ponto focal. Ele será o porta-voz do MEC para as orientações locais do Compromisso. Essa comunicação pode apoiar a equipe a agilizar fluxos, sanar dúvidas e orientar as ações no território.

c. Comitês Estratégicos Estaduais do Toda Matemática

Os Comitês Estratégicos Estaduais serão instituídos pelos Estados e pelo Distrito Federal que aderirem ao Compromisso. Eles apoiam a elaboração e a consolidação das políticas territoriais de matemática, garantindo que as ações locais estejam alinhadas às diretrizes nacionais e promovendo articulação entre redes estaduais, distrital e municipais.

Esses comitês têm a responsabilidade de:

- planejar, coordenar e acompanhar as ações do Compromisso no âmbito de cada território;
- gerir estratégias necessárias para o alcance dos objetivos estaduais/distritais;
- apoiar a elaboração e a consolidação das Políticas de Matemática Locais, em articulação com as redes municipais;
- assegurar que as iniciativas estaduais estejam alinhadas às diretrizes nacionais definidas pelo MEC e pelo COMAT.

Dessa forma, os Comitês Estratégicos Estaduais garantem a efetiva implementação da política no território, articulando-se tanto com o nível nacional quanto com os municípios.

Além das instâncias de governança previstas no Decreto, serão constituídos grupos de trabalho de caráter técnico-científico, no âmbito nacional, para assessorar e orientar o COMAT quanto aos aspectos técnicos e científicos, oferecendo suporte para a tomada de decisões estratégicas com base nas melhores práticas e evidências de pesquisa. Esses grupos de

trabalho serão compostos por representantes de universidades, entidades de pesquisa, associações da sociedade civil especializadas no ensino da matemática, bem como por representantes do MEC.

5.3 Processos e mecanismos

A governança ocorrerá por ciclos integrados de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e controle, conforme o Decreto nº 9.203/2017¹⁸. Caberá aos Comitês Estratégicos Estaduais e Municipais a elaboração de um **plano estratégico local**. Principal instrumento de gestão para a implementação do Compromisso, o plano deve definir objetivos, metas, responsabilidades e mecanismos de acompanhamento, assegurando a execução integrada dos cinco eixos estruturantes: governança e gestão, formação de profissionais da educação, orientação curricular, avaliação da aprendizagem e reconhecimento de boas práticas.

COMO ELABORAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO LOCAL DO COMPROMISSO NACIONAL TODA MATEMÁTICA

O planejamento estratégico local é o instrumento central para orientar a implementação do Compromisso Nacional Toda Matemática em cada Estado, no Distrito Federal e nos Municípios. Ele deve ser elaborado pelo Comitê Estratégico local, em consonância com as diretrizes do MEC, e aprovado pela instância de governança do ente federativo.

Esse planejamento deve organizar dados, objetivos, práticas pedagógicas e políticas públicas em um mapa de ações coordenadas, garantindo que cada território possa promover a melhoria da aprendizagem em matemática de forma equilibrada, eficiente e baseada em evidências.

Além deste guia, outros materiais de apoio e ferramentas irão apoiar a construção do seu plano estratégico. A seguir, sugerimos como exercício inicial algumas etapas e perguntas norteadoras:

¹⁸ BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, n. 224, p. 3-4, 23 nov. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm. Acesso em: 5 ago. 2024.

Diagnóstico situacional

Objetivo: compreender o contexto local para orientar decisões estratégicas.

Perguntas norteadoras:

- Qual é o cenário dos estudantes da rede considerando o nível de aprendizagem adequado em matemática?
- O que os dados mostram sobre a desigualdade considerando a localidade das escolas, o nível socioeconômico, a raça/etnia e o gênero dos estudantes?
- Em articulação com os professores e formadores da rede, consigo mapear os principais conteúdos e habilidades em defasagem?
- O que os dados e resultados das avaliações indicam sobre as potencialidades na minha rede? Ex.: escolas ou educadores que se destacam.
- Quais aspectos posso priorizar na minha gestão para endereçar esses desafios? Ex.: revisão e priorização curricular, suporte para a construção de materiais de apoio, desenho e oferta de formação continuada, estratégias de recomposição das aprendizagens etc.

Atenção! O MEC disponibilizou, no [site do Compromisso](#), um diagnóstico sobre o aprendizado em matemática para cada estado. Aproveite esse mapeamento como ponto de partida para orientar sua equipe na organização de evidências que irão pautar o planejamento.



Definição de objetivos e metas

Objetivo: estabelecer resultados claros e mensuráveis, alinhados aos sete objetivos gerais do Compromisso (art. 5º do Decreto nº 12.641/2025).

Como fazer:

- Definir metas mensuráveis e temporais, voltadas à elevação dos níveis de aprendizagem e à redução das desigualdades educacionais.
- Organizar com sua equipe técnica ciclos periódicos de monitoramento e revisão das ações definidas a partir de instrumentos e indicadores específicos para cada meta traçada.
- Acompanhar o [Painel de Indicadores](#)¹⁹ do INEP. Conforme mencionado no item 3.1

¹⁹ INEP. *Painel Educacional*. Brasília, DF: Inep, 2020. Atualizado em: 6 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-educacional>. Acesso em: 22 out. 2025.

São objetivos do Compromisso Nacional Toda Matemática:

- I** - garantir o direito à educação matemática de qualidade;
- II** - aprimorar o desempenho acadêmico dos estudantes da Educação Básica em matemática;
- III** - promover a institucionalização de programas de fortalecimento da educação matemática nos sistemas e nas redes de ensino que atendem à Educação Básica;
- IV** - assegurar que os processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos ao longo da Educação Básica sejam planejados e realizados de modo a promover:
 - a**) a mobilização de saberes e conhecimentos próprios do pensamento matemático nas interações e nas brincadeiras propostas na Educação Infantil, conforme disposto na Base Nacional Comum Curricular referente a essa etapa; e
 - b**) o estudo dos objetos de conhecimento próprios da área curricular de matemática no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, conforme disposto na Base Nacional Comum Curricular das respectivas etapas;
- V** - assegurar a apropriação dos conhecimentos matemáticos e dos conhecimentos pedagógicos necessários ao ensino da matemática no curso normal de nível médio, nos cursos de licenciatura em Pedagogia e nos cursos de licenciatura em Matemática;
- VI** - promover o reconhecimento e a mobilização social sobre a importância da educação matemática para o desenvolvimento integral dos indivíduos e para o desenvolvimento inclusivo, democrático e sustentável do País; e
- VII** - ampliar e fortalecer a participação dos estudantes da Educação Básica e de seus professores nas olimpíadas de matemática das escolas públicas.

6. Monitoramento e Avaliação

O Compromisso Nacional Toda Matemática institui mecanismos de monitoramento e avaliação destinados a assegurar a efetividade da política e a induzir a melhoria contínua da aprendizagem em matemática em todas as etapas da Educação Básica.

Compete ao MEC, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a coordenação da formulação, da implementação e do monitoramento das ações, observada a autonomia dos entes federados. Para tanto, são instituídas instâncias específicas de governança (detalhadas no



item 5.2), entre as quais se destacam: o **COMAT**, responsável por propor, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Compromisso; e a **RENAMAT**, responsável por apoiar a articulação interfederativa e contribuir para a execução e o acompanhamento das estratégias nos territórios.

O sistema de avaliação previsto pela política combina diferentes instrumentos de aferição da aprendizagem. Caberá às redes de ensino a realização de avaliações formativas contínuas disponibilizadas pelo MEC, de modo a subsidiar a gestão pedagógica e o replanejamento das práticas escolares.

6.1 Etapas de avaliação de aprendizagem

As etapas de avaliação de aprendizagem estão organizadas em um processo estruturado, voltado a acompanhar o desenvolvimento dos estudantes ao longo da Educação Básica. Esse processo busca oferecer subsídios para o trabalho pedagógico dos professores em sala de aula e, ao mesmo tempo, apoiar gestores escolares e o MEC na definição de estratégias baseadas em dados concretos de aprendizagem. Caberá ao MEC, com o apoio do INEP, a definição do nível adequado de aprendizagem em matemática, para efeitos de avaliação e monitoramento do Toda Matemática na Educação Básica.

- **Avaliações formativas periódicas de matemática:** serão as mesmas utilizadas no âmbito do **Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens**. Conduzidas pelas escolas e redes de ensino, com apoio do MEC, a partir da plataforma do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), desenvolvida em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), têm como finalidade produzir diagnósticos formativos e contínuos sobre o nível de aprendizagem dos estudantes com vistas à recomposição. Realizadas em três ciclos anuais, essas avaliações geram evidências que orientam as ações de recomposição nas redes, contribuindo para garantir a aprendizagem em matemática.
- **SAEB:** conduzido pelo INEP, em âmbito nacional, com a finalidade de aferir o nível de aprendizagem dos estudantes e produzir evidências para o monitoramento das metas do Compromisso. Será utilizado como instrumento de referência para a análise da qualidade do ensino de matemática no país e para o diagnóstico das desigualdades de aprendizagem.

- **Sistemas estaduais de avaliação:** os sistemas estaduais de avaliação da Educação Básica deverão atuar de modo complementar ao SAEB. Para garantir a coerência e a comparabilidade dos resultados, o INEP, em articulação com Estados, Distrito Federal e Municípios, estabelecerá diretrizes e orientações técnicas para a integração entre esses instrumentos.

Como parâmetro de acompanhamento, serão indicadas metas de melhoria da proficiência dos estudantes em matemática para inclusão nos Planos Estaduais e Planos Municipais de Educação (PEEs e PMEs), a serem aferidas pelos sistemas de avaliação em larga escala. Essas metas constituem referência nacional para aferição dos avanços e reforçam a responsabilidade federativa na execução da política.

Dessa forma, o Compromisso Nacional Toda Matemática organiza um arranjo integrado de monitoramento e avaliação, que articula avaliações estaduais e nacionais, apoiadas por instâncias de governança próprias, e orienta a utilização de evidências educacionais como instrumento de gestão e de indução da qualidade do ensino.

Resumindo:

Coordenação nacional

- Compete ao MEC coordenar a formulação, a implementação e o monitoramento da política, em articulação com Estados, Distrito Federal e Municípios.
- Instituição de instâncias específicas de governança:
 - a. COMAT: propor, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação.
 - b. RENAMAT: apoiar a articulação interfederativa e a execução local.

Instrumentos de avaliação

- Avaliações formativas periódicas, conduzidas pelas escolas e pelas redes de ensino com o apoio do MEC.
- Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), conduzido pelo INEP, como referência nacional para aferição da qualidade e diagnóstico das desigualdades.
- Sistemas estaduais de avaliação, aplicação, com diretrizes do INEP, para garantir complementaridade e comparabilidade com o SAEB.

Metas nacionais de aprendizagem

- Pactuação de metas de melhoria de proficiência em matemática a serem incluídas nos PEEs e PMEs.
- Metas aferidas por avaliações externas em larga escala, reforçando a responsabilidade federativa.

Uso dos resultados

- Subsidiar o planejamento e o replanejamento das práticas pedagógicas.
- Orientar a formulação e o aprimoramento de políticas educacionais em todas as esferas.
- Promover a redução das desigualdades e a melhoria contínua da aprendizagem em matemática.

7. Orientações Práticas para a Implementação da Política

Adesão formal ao Compromisso

O que fazer:

- Confirmar a **adesão voluntária** do ente federativo (Município, Estado ou DF).
- A adesão deve ser feita pelo **Chefe do Executivo** (prefeito ou governador) ou por seu representante legal.
- Assinar o **instrumento de adesão** disponibilizado pelo MEC.

Instituição do Comitê Estratégico do Toda Matemática

Após a adesão, o ente federativo deve instituir o Comitê Estratégico do Toda Matemática.

Passos:

- Criar o Comitê Estratégico do Toda Matemática, conforme diretrizes do MEC (a serem disponibilizadas).
- Designar equipe responsável, com representantes da secretaria, gestores escolares, professores e técnicos.
- Estabelecer um plano de trabalho com ações locais, metas, cronograma e responsabilidades.

Monitoramento e Avaliação dos Resultados

O monitoramento e a avaliação dos resultados do Compromisso são responsabilidades compartilhadas. O MEC e o INEP têm papel técnico na produção e na análise das evidências, enquanto as Secretarias de Educação exercem papel estratégico na utilização dessas informações para orientar decisões e ações no território.

O que cabe aos Secretários(as):

- Garantir os ciclos de avaliações formativas periódicas a partir da articulação das equipes técnicas com as escolas.
- Utilizar os resultados do SAEB e das avaliações locais para tomar decisões pedagógicas.
- Acompanhar indicadores de aprendizagem e desigualdade na rede.

Engajar a rede e divulgar o Compromisso

O que fazer:

- Divulgar o Compromisso em reuniões escolares, conselhos e fóruns de educação.
- Promover mobilização social e pedagógica, envolvendo escolas, professores, famílias e comunidade, reforçando a importância do ensino da matemática para o desenvolvimento integral dos indivíduos e para o desenvolvimento inclusivo, democrático e sustentável do país. Aqui, tanto os dados e fontes apresentados no Guia, assim como os resultados da escuta nacional com professores, podem ser catalisadores importantes de discussão.
- Estimular a participação de professores e estudantes em olimpíadas e mostras pedagógicas.
- Reconhecer e premiar boas práticas pedagógicas e de gestão, criando oportunidades para que os premiados possam dialogar e apoiar na formação de pares.



Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA (ANPMAT). [Página inicial]. Disponível em: <https://anpmat.org.br>. Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Painel Educacional*. Brasília, DF: Inep, 2020. Atualizado em: 6 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-educacional>. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes: PISA 2022 – Resultados*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2022/apresentacao_pisa_2022_brazil.pdf. Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Divulgados os resultados do PISA 2022*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/acoes-internacionais/divulgados-os-resultados-do-pisa-2022>. Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Trends in International Mathematics and Science Study (TIMSS)*. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/timss>. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Compromisso Nacional Criança Alfabetizada*. Brasília, DF: MEC, [2023?]. Disponível em: <https://criancaalfabetizada.caeddigital.net/>. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens*. Brasília, DF: MEC, [2023?]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/recomposicao-aprendizagens>. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Programa Escola em Tempo Integral*. Brasília, DF: MEC, [2023?]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral>. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Programa Escola das Adolescências*. Brasília, DF: MEC, [2024?]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-das-adolescencias>. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Escuta Nacional dos Professores que Ensoram Matemática: Relatório Nacional*. Brasília, DF: MEC, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Relatório da Semana da Escuta das Adoescências nas Escolas*. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-das-adolescencias/semana-da-escuta-das-adolescencias/RELATORIO_FINAL.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Toda Matemática*. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/toda-matematica>. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, 23 nov. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Decreto/D9203.htm. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 12.641, de 1º de outubro de 2025. Institui o Compromisso Nacional Toda Matemática. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 out. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12641.htm. Acesso em: 21 out. 2025.



CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO (CAEd); UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). *Plataforma de Avaliações Formativas*. Juiz de Fora: UFJF/CAEd, 2024. Disponível em: <https://www.caeddigital.net/>. Acesso em: 22 out. 2025.

DWECK, Carol S. *Mindset: The New Psychology of Success*. New York: Random House, 2006.

FUNDAÇÃO ITAÚ. *Avaliação Formativa na Prática*. São Paulo: Fundação Itaú, 2024. Disponível em: <https://fundacaoitau.org.br/escola/autoformativos/avaliacao-formativa-na-pratica>. Acesso em: 17 out. 2025.

FUNDAÇÃO ITAÚ. *Acompanhamento Pedagógico para Gestores e Lideranças*. São Paulo: Fundação Itaú, 2024. Disponível em: <https://fundacaoitau.org.br/escola/autoformativos/acompanhamento-pedagogico-gestores-as-e-liderancas>. Acesso em: 17 out. 2025.

FUNDAÇÃO ITAÚ; EQUIDADE.INFO. *Percepções sobre a matemática em estudantes, professores e gestores escolares no Brasil*. São Paulo: Fundação Itaú; Equidade.info, 2024. Disponível em: <https://www.equidade.info/dashboards>. Acesso em: 8 out. 2025.

INTERDISCIPLINARIDADE E EVIDÊNCIAS NO DEBATE EDUCACIONAL (IEDE). *O cenário do ensino de matemática no Brasil: o que dizem os indicadores nacionais e internacionais*. [s.l.]: IEDE, 2023. Disponível em: https://portaliede.org.br/wp-content/uploads/2023/12/lede_O_cenario_do_ensino_matematica_no_Brasil.pdf. Acesso em: 24 jun. 2025.

INSTITUTO DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA (IMPA). [Página inicial]. Disponível em: <https://impa.br>. Acesso em: 17 out. 2025.

MOVIMENTO PROFISSÃO DOCENTE. *Conhecimento pedagógico do conteúdo em matemática: recomendação para políticas públicas docentes*. São Paulo: Instituto Península, 2024. Disponível em: <https://www.profissaodocente.org.br/post/conhecimento-pedag%C3%B3gico-do-conte%C3%BAdo-e-matem%C3%A1tica-recomenda%C3%A7%C3%A3o-para-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-docentes>. Acesso em: 17 out. 2025.

OLIVEIRA, F. et al. *Contribuição dos trabalhos intensivos em matemática para a economia brasileira*. [s.l.]: Itaú Social, 2024.

QEDU. *Resultados do SAEB 2023*. Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil>. Acesso em: 4 nov. 2025.

REIS, Maurício Cortez. *As competências matemáticas no mercado de trabalho brasileiro: o papel da escolaridade e implicações para os rendimentos*. Brasília: Ipea, 2025. (Texto para Discussão (TD), n. 3109). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/3bd11eee-fa55-4c13-8b36-bb40c3d9a7fb>. Acesso em: 22 out. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA (SBEM). [Página inicial]. Disponível em: <https://www.sbembrasil.org.br>. Acesso em: 17 out. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MATEMÁTICA (SBM). [Página inicial]. Disponível em: <https://sbm.org.br>. Acesso em: 17 out. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025: Equidade étnico-racial na educação*. São Paulo: Todos Pela Educação, 2025. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025/capitulo-10-equidade-racial.html>. Acesso em: 16 out. 2025.

UNESCO. *Relatório Global de Monitoramento da Educação 2023: tecnologia e equidade na aprendizagem*. Paris: UNESCO, 2023.

Ficha Técnica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)

Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Secretário Executivo

Leonardo Barchini Rosa

Secretaria de Educação

Básica I SEB

Kátia Helena Serafina Cruz
Schweickardt

Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica

Alexsandro do Nascimento Santos

Coordenadora Geral de Ensino Fundamental

Tereza Santos Farias

Coordenadora de Projetos

Érika Botelho Guimarães

Consultor Especialista

Stael Borges Campos
Victor Both Eyang

APOIO TÉCNICO

FUNDAÇÃO ITAÚ

Presidente da Fundação Itaú

Eduardo Saron

Superintendente do Itaú Social

Patricia Mota Guedes

Gerente de Desenvolvimento e Soluções

Sônia Dias

Coordenador de Desenvolvimento e Estudos

Alexandre Moreira Santos

Analista de Desenvolvimento e Estudos

Janaína Soares Gallo

Leitura Crítica

Alexandre Moreira Santos
Fernanda Seidel Oliveira
Patricia Mota Guedes
Sônia Dias

PÓS-PRODUÇÃO

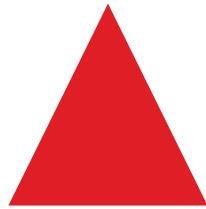
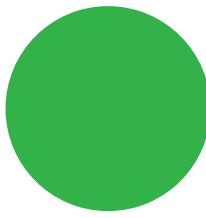
Revisão Textual

BR75 | Eloá Oliveira e Cláisse Cintra

Diagramação

BR75 | Raquel Soares

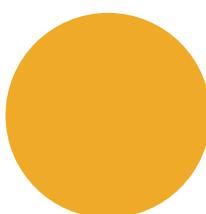




3



1



SAIBA MAIS

www.gov.br/mec/pt-br/toda-matematica



